



INTERSECÇÃO GÊNERO, CLASSE E RAÇA: O RACISMO E A POPULAÇÃO TRANSEXUAL NA MIRA DAS OPRESSÕES

Thiago Aranha¹

Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Departamento de Política e Ciências Sociais, Curso de Serviço Social, MG, Brasil.

Resumo: O racismo e a população trans são questões interconectadas e complexas que exigem atenção e ação por parte do Serviço Social. Neste artigo, abordaremos o tema do racismo frente a população trans e discutiremos o papel da profissão na promoção da justiça social e na superação das opressões. O racismo estrutural permeia todas as esferas da sociedade, incluindo o acesso a recursos, oportunidades de emprego, educação, saúde e justiça. No caso da população trans, essa opressão é agravada pela intersecção com a identidade racial, resultando em uma carga dupla de discriminação e marginalização. As pessoas trans negras enfrentam uma série de desafios exclusivos no qual veremos no decorrer deste artigo. Para o Serviço Social, é essencial reconhecer e enfrentar o racismo que afeta a população trans. Neste sentido, as/os profissionais devem adotar uma perspectiva antirracista, trabalhando para promover a equidade racial e a justiça social. O trabalho aqui desenvolvido se dá por meio de pesquisas bibliográficas com objetivo de aprofundar os estudos cuja análises se balizam na perspectiva da teoria social crítica.

Palavras-Chave: Gênero. Classe. Raça. Intersecção. Serviço Social.

¹ Docente na Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES, no curso de Serviço Social. Mestre e Doutorando em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP. Pesquisador dos Núcleos de Estudos e Pesquisas sobre Ética e Direitos Humanos (NEPEDH), Núcleo de Estudos e Pesquisas em Aprofundamentos Marxistas (NEAM). E-mail: thiago.santos@unimontes.br ou thiagoaranhas@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3326-3419>



INTERSECTION OF GENDER, CLASS AND RACE: RACISM AND THE TRANSEXUAL POPULATION IN THE SIGHTS OF OPPRESSION

Abstract: Racism and the trans population are interconnected and complex issues that require attention and action from Social Services. In this article, we will address the issue of racism towards the trans population and discuss the role of the profession in promoting social justice and overcoming oppression. Structural racism permeates all spheres of society, including access to resources, employment opportunities, education, health and justice. In the case of the trans population, this oppression is worsened by the intersection with racial identity, resulting in a double burden of discrimination and marginalization. Black trans people face a series of unique challenges that we will look at throughout this article. For Social Work, it is essential to recognize and confront the racism that affects the trans population. In this sense, professionals must adopt an anti-racist perspective, working to promote racial equity and social justice. The work developed here is carried out through bibliographical research with the aim of deepening studies whose analyses are based on the perspective of critical social theory.

Keywords: Gender; Class; Race; Intersection; Social service.

INTERSECCIÓN DE GÉNERO, CLASE Y RAZA: EL RACISMO Y LA POBLACIÓN TRANSEXUAL EN LA MIRA DE LA OPRESIÓN

Resumen: El racismo y la población trans son cuestiones interconectadas y complejas que requieren atención y acción por parte de los Servicios Sociales. En este artículo, abordaremos el tema del racismo hacia la población trans y discutiremos el papel de la profesión en la promoción de la justicia social y la superación de la opresión. El racismo estructural impregna todas las esferas de la sociedad, incluido el acceso a los recursos, las oportunidades de empleo, la educación, la salud y la justicia. En el caso de la población trans, esta opresión se ve agravada por la intersección con la identidad racial, resultando en una doble carga de discriminación y marginación. Las personas trans negras enfrentan una serie de desafíos únicos que analizaremos a lo largo de este artículo. Para Trabajo Social es fundamental reconocer y afrontar el racismo que afecta a la población trans. En este sentido, los profesionales deben adoptar una perspectiva antirracista, trabajando para promover la equidad racial y la justicia social. El trabajo aquí desarrollado se realiza a través de una investigación bibliográfica con el objetivo de profundizar estudios cuyos análisis se basan en la perspectiva de la teoría social crítica.

Palabras-clave: Género; Clase; Carrera; Intersección; Servicio social.



INTERSECTION DU GENRE, DE LA CLASSE ET DE LA RACE : LE RACISME ET LA POPULATION TRANSSEXUELLE DANS LE COLLIMATEUR DE L'OPPRESSION

Résumé: El racismo y la población trans son cuestiones interconectadas y complejas que requieren atención y acción por parte de los Servicios Sociales. En este artículo, abordaremos el tema del racismo hacia la población trans y discutiremos el papel de la profesión en la promoción de la justicia social y la superación de la opresión. El racismo estructural impregna todas las esferas de la sociedad, incluido el acceso a los recursos, las oportunidades de empleo, la educación, la salud y la justicia. En el caso de la población trans, esta opresión se ve agravada por la intersección con la identidad racial, resultando en una doble carga de discriminación y marginación. Las personas trans negras enfrentan una serie de desafíos únicos que analizaremos a lo largo de este artículo. Para Trabajo Social es fundamental reconocer y afrontar el racismo que afecta a la población trans. En este sentido, los profesionales deben adoptar una perspectiva antirracista, trabajando para promover la equidad racial y la justicia social. El trabajo aquí desarrollado se realiza a través de una investigación bibliográfica con el objetivo de profundizar estudios cuyos análisis se basan en la perspectiva de la teoría social crítica.

Mots-clés: Genre; Classe; Carrière; Intersection; Service social.

INTRODUÇÃO

A população transexual no Brasil enfrenta uma realidade marcada por discriminação, preconceito e violência, em especial, quando se considera a intersecção com o racismo, neste sentido

O uso da interseccionalidade como ferramenta analítica promove, entendimentos mais amplos das identidades coletivas e da ação política. A identidade foi uma dimensão importante para o surgimento da interseccionalidade. Como forma de investigação e práxis críticas - é o caso, por exemplo, das negras brasileiras, que politizaram a identidade negra e feminina em uma sociedade que desvalorizava ambas as coisas (COLLINS, 2021, p.187).



O racismo é uma forma de opressão baseada na raça ou etnia de uma pessoa, que perpetua desigualdades estruturais e privilégios para alguns grupos em detrimento de outros. Quando combinado com a transfobia, que é a aversão ou o preconceito contra pessoas trans, o impacto sobre a população transexual negra é agravado, resultando em desafios ainda maiores. Nesse contexto, não se pode deixar de pensar tais questões pelo viés do modo de produção capitalista conforme nos apresenta Abramides

O racismo tem um caráter de dominação econômica, ideopolítica e étnico-racial, portanto, é estrutural no modo de produção capitalista. As nações que vivenciaram a dominação colonial escravocrata, entre elas as da América Latina, reproduzem e mesclam a herança desse sistema em todo o desenvolvimento histórico do capitalismo, que mantém e amplia as formas de exploração econômica e segregação racial, eternizando o racismo estrutural originário da “[...] assim chamada acumulação primitiva²” (ABRAMIDES, 2021. p.16).

É nesse sentido que afirmamos que no Brasil, a diversidade étnico-racial é uma característica marcante da sociedade, com uma mistura de diferentes grupos e culturas que mesclam a herança de um sistema que mantém e amplia as formas de exploração. No entanto, a história do país também está enraizada na escravidão e na colonização, que estabeleceram estruturas e ideologias racistas profundamente arraigadas. Essas estruturas continuam a afetar a vida das pessoas hoje, inclusive da população transexual.

As pessoas transexuais negras e de outras raças minoritárias enfrentam múltiplas formas de discriminação. Elas sofrem com a marginalização social, dificuldades de acesso a serviços básicos, violência física e psicológica, além de enfrentar barreiras no acesso à educação, ao emprego, à saúde e à justiça. Essas desigualdades são resultado da intersecção entre racismo e transfobia,

² Citando MARX, 2017. Capítulo 24 do Livro I – O Capital Karl Marx, Editora Boitempo, 2017, p. 785.



que afetam as oportunidades e os direitos das pessoas transexuais, mais especificamente quando conectamos raça, classe, gênero e sexualidade.

Além disso, a falta de representatividade e políticas públicas adequadas contribui para a perpetuação dessas desigualdades. A ausência de dados estatísticos desagregados por raça e identidade de gênero dificulta a compreensão precisa da situação e a implementação de medidas efetivas para combater o racismo e a transfobia.

É importante reconhecer que a luta contra o racismo e a transfobia da população transexual no Brasil não é apenas uma questão de justiça social, sobretudo uma questão de direitos humanos. É fundamental que a sociedade como um todo, incluindo o Estado, as instituições, os profissionais de Serviço Social e a população em geral, esteja engajada em enfrentar essas formas de opressão e trabalhar em prol de uma sociedade mais inclusiva, justa e igualitária para todas as pessoas transexuais, independentemente de sua raça ou etnia. Nesse sentido precisamos aprofundar a questão histórica para entender como se deu o processo inicial de racismo no Brasil.

Embora não tenhamos possibilidade de estabelecer o número exato de africanos importados pelo tráfico. Podemos fazer várias estimativas. Elas variam muito. E há sempre uma tendência de se diminuir esse número, em parte por falta de estatísticas e também porque muitos historiadores procuraram branquear a nossa população. Essas discussões sobre o número de africanos entrados no Brasil se reacenderam quando se procurou quantificar essa população africana escrava, e, posteriormente, a afro-brasileira, para com isso, estabelecer-se o padrão do que se poderia chamar de homem brasileiro (MOURA. 2023, p. 28).

Assim, observa-se que o racismo é um sistema de opressão e discriminação baseado na raça ou etnia de uma pessoa. Ele se manifesta através de preconceitos, estereótipos, exclusão e desigualdades estruturais, privilegiando certos grupos e marginalizando outros com base em sua origem



racial. O racismo pode se manifestar de forma individual, institucional e estrutural, perpetuando desvantagens sociais e econômicas para as pessoas negras. Já a transfobia é a aversão, preconceito ou discriminação contra pessoas transgênero. Ela engloba uma variedade de atitudes negativas, como o não reconhecimento da identidade de gênero de uma pessoa, a negação de direitos básicos, a violência física ou verbal e a exclusão social. Em suma, a transfobia pode ser manifestada de forma individual, institucional e estrutural, criando barreiras e desigualdades para as pessoas trans.

A população transexual é composta por pessoas que se identificam com um gênero diferente daquele atribuído a elas ao nascer. Essas pessoas podem buscar a transição de gênero, que pode incluir tratamentos hormonais, cirurgias de redesignação sexual ou a expressão pública de sua identidade de gênero. Trata-se de uma abrangência que atinge uma diversidade de identidades de gênero, como homens trans, mulheres trans e pessoas não binárias.

É importante ressaltar que a identidade de gênero é uma experiência individual e subjetiva, e as pessoas trans têm o direito de serem reconhecidas e respeitadas em sua identidade de gênero. A discriminação e o preconceito enfrentados pela população transexual são violações dos direitos humanos e exigem esforços contínuos para a promoção da igualdade, inclusão e respeito por sua dignidade e autonomia.

No contexto brasileiro, também existem estudos e pesquisas que exploram a intersecção entre racismo e identidade de gênero. Essas pesquisas visam compreender as experiências específicas de pessoas trans negras no Brasil, logo, como o racismo afeta suas vidas. Ainda sobre tal contexto, podemos afirmar que a discriminação racial e transfóbica tem raízes em fatores históricos, sociais e culturais que contribuem para a marginalização e exclusão de pessoas negras e trans. Dentre alguns fatores, podemos citar a herança da escravidão, ou seja, uma instituição brutal e desumana que



perdurou por séculos no Brasil. A exploração e o tratamento desumanizante dos africanos escravizados criaram uma estrutura social baseada na hierarquia racial, na qual pessoas negras eram consideradas inferiores e destinadas a papéis subalternos. Essa herança histórica continua a influenciar as relações sociais e perpetuar o racismo e a discriminação racial.

Outro fator preponderante que atravessa a história do Brasil, remete-se a ideologia do "branqueamento" como ideal de beleza e status social. Esse ideal promoveu a valorização da pele branca e dos traços europeus, marginalizando e desvalorizando a beleza negra e afrodescendente. Essa mentalidade contribuiu para a discriminação racial e a exclusão de pessoas negras em várias esferas da sociedade.

A cultura do preconceito e dos estereótipos desempenham um papel na discriminação racial. A percepção negativa associada a pessoas negras e afrodescendentes é alimentada por estereótipos negativos que perpetuam a marginalização e a desigualdade. Esses estereótipos e preconceitos são internalizados e reproduzidos em várias esferas sociais.

Nesta seara, destaca-se também o conservadorismo e a intolerância em relação à diversidade de identidade e expressão de gênero que contribuem para a transfobia no Brasil. A falta de compreensão, educação e aceitação em relação às identidades trans resultam em estigmas e discriminação. Essa intolerância é influenciada por ideologias conservadoras, crenças religiosas e falta de informação adequada.

A falta de políticas públicas eficazes e inclusivas contribui para a perpetuação dessa discriminação racial e transfóbica no Brasil, portanto, a ausência de ações afirmativas, programas de educação inclusiva e medidas de combate à discriminação limitam as oportunidades de igualdade e de justiça para as pessoas negras e trans.



É importante reconhecer esses fatores históricos, sociais e culturais que contribuem para a discriminação racial e transfóbica no Brasil. Somente por meio do entendimento desses aspectos é que podemos promover mudanças significativas para a construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e igualitária para todas as pessoas, independentemente de sua raça, classe ou identidade de gênero.

INTERSECCIONALIDADE: TEORIA E PRÁTICA E TRANSFEMINISMO

A interseccionalidade é um conceito que foi desenvolvido por feministas negras nos anos 1970 e 1980, principalmente por meio do trabalho de acadêmicas como Kimberlé Crenshaw e Patricia Hill Collins. Ela surge como uma abordagem teórica e política que reconhece que as formas de opressão, como raça, gênero, classe, sexualidade e outras, não são independentes e isoladas, mas sim interconectadas e interseccionais. No contexto feminista, a interseccionalidade busca compreender como as opressões se cruzam e se sobrepõem, afetando as experiências e vivências das mulheres de maneiras complexas e interligadas. Ela destaca que as mulheres não formam um grupo homogêneo, mas estão inseridas em diferentes estruturas sociais que podem influenciar suas vidas de maneiras distintas.

A interseccionalidade desafia a ideia de que existe uma única opressão central que engloba todas as outras. Em vez disso, ela reconhece que as experiências de opressão e privilégio são múltiplas e podem se manifestar de maneiras interligadas e interdependentes. A abordagem interseccional busca evitar a simplificação das experiências das mulheres, reconhecendo as complexidades e nuances de suas identidades e trajetórias. Ela destaca a



importância de considerar as interações entre diferentes sistemas de opressão e a forma como eles se entrelaçam nas experiências vividas pelas pessoas.

Ao longo dos anos, o conceito de interseccionalidade tem sido amplamente adotado em diversas áreas do conhecimento, como estudos de gênero, estudos raciais, sociologia e ciências sociais em geral. Ele tem sido aplicado para analisar diversas questões sociais, como políticas públicas, discriminação no local de trabalho, violência de gênero, acesso à saúde, entre outros. Nesse sentido, a interseccionalidade é uma abordagem teórica e política que reconhece e analisa as interconexões entre diferentes formas de opressão e privilégio, buscando compreender as experiências das pessoas de maneira mais abrangente e complexa. Ela desafia as visões simplistas e unidimensionais das opressões, levando em consideração as interseções e interações entre elas.

O transfeminismo interseccional é uma abordagem que cruza as perspectivas do transfeminismo com a análise interseccional, levando em consideração as interações entre identidade de gênero e classe social. Ele reconhece que as experiências das pessoas trans são moldadas não apenas por sua identidade de gênero, mas também pela sua posição na estrutura socioeconômica.

Ao adotar uma abordagem transfeminista interseccional, considera-se como a classe social pode influenciar as vivências das pessoas trans e como as opressões relacionadas a gênero e classe se entrelaçam. Alguns aspectos importantes dessa análise são:

Experiências e desafios específicos: O transfeminismo interseccional reconhece que as pessoas trans de diferentes classes sociais podem enfrentar experiências e desafios específicos. Por exemplo, pessoas trans de classes mais privilegiadas podem ter maior acesso a recursos financeiros, serviços de saúde e educação, enquanto pessoas trans de classes mais marginalizadas



podem enfrentar dificuldades econômicas, falta de acesso a serviços essenciais e maior exposição à violência.

Interseção das opressões: A interseccionalidade destaca que a opressão de gênero e a opressão de classe não ocorrem isoladamente, mas estão entrelaçadas. Mulheres trans de classes mais marginalizadas podem enfrentar desafios adicionais devido à interseção dessas opressões, experimentando uma multiplicidade de desigualdades e discriminações.

Acesso a recursos e oportunidades: O transfeminismo interseccional examina como a classe social influencia o acesso a recursos e oportunidades. Isso pode incluir o acesso a cuidados de saúde trans-afirmativos, oportunidades de emprego, educação de qualidade, moradia segura e outros recursos necessários para o bem-estar e o desenvolvimento das pessoas trans.

Lutas e demandas específicas: O transfeminismo interseccional reconhece que as lutas e demandas das pessoas trans devem levar em conta a interseção com a classe social. Isso envolve considerar a necessidade de políticas públicas e ações que abordem as desigualdades econômicas e promovam a igualdade de oportunidades para todas as pessoas trans, independentemente de sua classe social.

Ao cruzar as perspectivas do transfeminismo e da análise interseccional, o transfeminismo interseccional busca promover uma compreensão mais completa e abrangente das experiências e desafios enfrentados pelas pessoas trans em relação à classe social. Essa abordagem contribui para a construção de lutas mais inclusivas e solidárias, com o objetivo de alcançar uma sociedade mais justa e igualitária para todas as pessoas trans, independentemente de sua posição na estrutura socioeconômica



O IMPACTO NA SAÚDE DOS CORPOS TRANS RESULTANTE DO RACISMO

O racismo por meio de seus fatores históricos mantém o processo de opressão aos corpos e de forma mais aprofundada quando tais corpos são racializados.

A violência contra a população transexual negra é alarmante. Relatos de agressões, assassinatos e violações dos direitos humanos são frequentes. Muitas vezes, essas violências são motivadas por preconceitos raciais e transfóbicos, refletindo uma estrutura de poder que desvaloriza e exclui as pessoas transexuais negras.

Há no Brasil um mito poderoso. O da não violência brasileira. Esse mito foi construído desde muito cedo por nossa historiografia com a declaração de que a nossa história foi feita sem sangue. De fato, enquanto nas três Américas a luta contra o colonialismo foi realizada por revoluções sangrentas, no Brasil bastou que o herdeiro da coroa portuguesa fizesse ecoar “num brado retumbante”, as célebres palavras “Independência ou morte!” para que julgássemos ter saído da condição colonial (CHAUI, 2019, p. 36).

Seguindo esse debate, não podemos deixar de discutir o racismo e suas consequências profundas para a saúde mental, o acesso à educação, ao emprego, à saúde e à segurança das pessoas transexuais, e aqui chamamos atenção para aquelas que são negras. Essas consequências são resultado da intersecção de múltiplas formas de discriminação e opressão. A seguir, discutiremos algumas dessas consequências em cada uma dessas áreas:

1. Saúde Mental: O racismo e a transfobia afetam negativamente a saúde mental das pessoas transexuais negras. A exposição constante a preconceitos, discriminação e violência pode levar ao estresse crônico, ansiedade, depressão e outros problemas de saúde mental. A falta de



apoio social e a discriminação também podem levar ao isolamento, baixa autoestima e ideação suicida.

2. Acesso à Educação: Pessoas transexuais negras, muitas vezes, enfrentam barreiras no acesso à educação. Elas podem sofrer discriminação e *bullying* nas instituições de ensino, o que impacta seu desempenho acadêmico e seu bem-estar emocional. Além disso, a falta de políticas inclusivas e ambientes seguros nas escolas podem levar à evasão escolar e à limitação das oportunidades educacionais.
3. Acesso ao Emprego: O racismo e a transfobia podem criar barreiras significativas no acesso ao emprego para pessoas transexuais negras. Elas podem enfrentar discriminação durante o processo seletivo, salários desiguais, falta de oportunidades de promoção e ambientes de trabalho hostis. Esses obstáculos contribuem para altos níveis de desemprego e subemprego entre essa população, resultando em instabilidade financeira e desigualdades econômicas.
4. Acesso à Saúde: A discriminação racial e transfóbica impacta o acesso das pessoas transexuais negras aos serviços de saúde. Elas podem enfrentar dificuldades em encontrar profissionais de saúde capacitados e culturalmente sensíveis, além de enfrentarem estigma e discriminação dentro dos sistemas de saúde. Esses obstáculos limitam o acesso a cuidados de qualidade, incluindo cuidados de saúde sexual e reprodutiva adequados, e podem resultar em disparidades de saúde.
5. Segurança: A combinação de racismo e transfobia coloca pessoas transexuais negras em maior risco de violência e abuso. Elas são frequentemente alvo de crimes de ódio, agressões físicas e emocionais, além de enfrentarem maior vulnerabilidade à violência policial. A falta de proteção e apoio adequados das instituições de segurança e da justiça



contribui para a sensação de insegurança e a violação dos direitos humanos dessas pessoas.

Assim, é fundamental reconhecer essas consequências e trabalhar para combater o racismo e a transfobia de maneira interseccional. Isso inclui a implementação de políticas inclusivas, a educação para a igualdade, a promoção de ambientes seguros e a conscientização sobre as necessidades específicas das pessoas transexuais negras em todas as áreas mencionadas. Somente assim poderemos avançar em direção a uma sociedade mais justa e equitativa para todas as pessoas, independentemente de sua raça ou identidade de gênero.

MANIFESTAÇÕES DE RACISMO E TRANSFOBIA

A população transexual no Brasil enfrenta formas específicas de racismo e transfobia que impactam suas vidas de maneiras profundas, se observarmos os dados sobre a pesquisa de violências realizada em 2023, veremos que 85,7% das pessoas trans entrevistadas em São Paulo já foram vítimas de racismo.

Nesse sentido, podemos aqui citar algumas das formas mais comuns de discriminação que afetam essa população: violência e assassinato; acesso à saúde; discriminação no emprego; exclusão educacional; estigma e preconceito social.

Violência e Assassinato: Pessoas transexuais, especialmente aquelas que também são negras, são frequentemente alvo de violência e assassinato motivados por transfobia e racismo. Esse tipo de violência é conhecido como transfeminicídio e reflete a desvalorização da vida e a falta de proteção para essa população.



Acesso à Saúde: Pessoas transexuais enfrentam dificuldades no acesso a serviços de saúde adequados e culturalmente sensíveis. Isso inclui a falta de profissionais de saúde treinados em questões trans e a discriminação dentro dos sistemas de saúde, o que resulta em barreiras para o acesso a cuidados de saúde essenciais, como hormonioterapia, cirurgias de redesignação sexual e acompanhamento médico.

Discriminação no Emprego: A população transexual enfrenta altos níveis de desemprego e subemprego devido à transfobia e ao racismo. Eles enfrentam discriminação durante o processo de seleção, salários desiguais e falta de oportunidades de promoção. Essa discriminação prejudica sua estabilidade financeira e os coloca em desvantagem socioeconômica.

Exclusão Educacional: Pessoas transexuais enfrentam dificuldades no acesso à educação de qualidade. Elas podem sofrer discriminação e *bullying* nas escolas, o que leva a altas taxas de evasão escolar. A falta de políticas inclusivas e ambientes seguros nas instituições educacionais dificulta a participação plena e o desenvolvimento acadêmico dessa população.

Estigma e Preconceito Social: Transexuais enfrentam estigma e preconceito social generalizados, que são agravados quando também são negras. Isso pode levar ao isolamento social, à exclusão de espaços públicos e à falta de apoio familiar e comunitário. O estigma e o preconceito afetam negativamente sua saúde mental, autoestima e bem-estar emocional.

É importante destacar que a intersecção entre racismo e transfobia cria uma experiência ainda mais marginalizada para pessoas transexuais que também são negras. Essas formas específicas de discriminação e violência destacam a necessidade de ações afirmativas, políticas inclusivas e programas que potencializam um processo de conscientização para enfrentar o racismo e a transfobia, promovendo, portanto, a igualdade de direitos e oportunidades para a população transexual no país.



Essas iniciativas devem abordar as histórias, as culturas e as contribuições das pessoas trans e negras, além de combater estereótipos prejudiciais e promover a aceitação e o respeito mútuo. Torna-se nodal a capacitação Profissional em diversas áreas, como saúde, assistência social, justiça e segurança pública afim de romper com a perpetuação da discriminação e exclusão desses grupos. Portanto é necessário investir em treinamentos e capacitações sensíveis às questões raciais e de identidade de gênero, visando proporcionar um atendimento mais adequado, livre de preconceitos e discriminação.

Em suma, a falta de representatividade e políticas públicas adequadas são desafios significativos para a promoção da igualdade racial e inclusão efetiva das pessoas transexuais. É necessário um esforço conjunto da sociedade, governo, instituições e organizações para garantir a visibilidade, o reconhecimento e o respeito dos direitos.

IMPACTO NA SAÚDE MENTAL E BEM-ESTAR

O racismo e a transfobia têm efeitos significativos na saúde mental da população transexual. A experiência de discriminação, preconceito e violência baseados na raça e na identidade de gênero pode levar a uma série de impactos negativos na saúde mental. Aqui estão algumas análises dos efeitos dessas formas de discriminação:

Estresse e Ansiedade: o racismo e a transfobia causam estresse crônico e ansiedade nas pessoas transexuais. O medo constante de enfrentar discriminação, violência e rejeição afeta sua qualidade de vida e bem-estar psicológico. A preocupação com a segurança pessoal, a proteção de sua



identidade e a necessidade de se esconder ou se adaptar em certos ambientes contribuem para altos níveis de estresse.

Depressão e Isolamento: a discriminação racial e transfóbica pode levar à depressão e ao isolamento social. O sentimento de exclusão, o estigma e a falta de apoio podem afetar negativamente a autoestima e a autoimagem das pessoas transexuais, levando a sentimentos de tristeza, desesperança e isolamento. O enfrentamento contínuo dessas experiências pode aumentar o risco de desenvolver transtornos depressivos.

Trauma Psicológico: a violência, o assédio e os abusos baseados no racismo e na transfobia podem resultar em trauma psicológico para as pessoas transexuais. Esses eventos traumáticos podem ter um impacto duradouro na saúde mental, causando sintomas de transtorno de estresse pós-traumático -TEPT, como pesadelos, *flashbacks*, distanciamento de certos lugares ou situações e hiperexcitabilidade emocional.

Baixa autoestima e imagem corporal: a discriminação e a rejeição baseadas no racismo e na transfobia afetam negativamente a autoestima e a imagem corporal das pessoas transexuais. Elas podem enfrentar pressões sociais e padrões de beleza inatingíveis, o que pode levar a uma visão negativa de si mesmas. A falta de aceitação e apoio pode resultar em sentimentos de vergonha, inadequação e dificuldade em desenvolver uma identidade positiva.

Pensamentos e comportamentos autodestrutivos: a experiência de racismo e transfobia pode aumentar o risco de pensamentos e comportamentos autodestrutivos, como ideação suicida, automutilação e abuso de substâncias. O sentimento de desesperança, a falta de suporte emocional e a pressão social podem levar as pessoas transexuais a enfrentar crises de saúde mental mais graves.



É fundamental reconhecer e abordar os efeitos do racismo e da transfobia na saúde mental da população transexual. Ações como a promoção de ambientes seguros e inclusivos, a conscientização sobre a importância da saúde mental e a disponibilidade de serviços de apoio e tratamento especializados são essenciais para garantir o bem-estar psicológico desses indivíduos. Além disso, é necessário combater o racismo e a transfobia estruturais por meio de mudanças sociais e políticas, a fim de criar uma sociedade mais justa e igualitária para todas/os.

PERSPECTIVAS E INTERVENÇÕES

Para combater o racismo e a transfobia, é necessário adotar estratégias abrangentes que ataquem as raízes desses problemas sociais. Aqui estão algumas estratégias importantes a serem consideradas:

Educação e conscientização: investir em programas educacionais que promovam a conscientização sobre o racismo, a transfobia e as formas de discriminação é fundamental. Isso inclui conteúdos relacionados à diversidade, igualdade racial e de gênero nos currículos escolares, bem como a realização de campanhas de sensibilização em diversos setores da sociedade. A educação é um poderoso instrumento para desafiar estereótipos, promover a empatia e incentivar a aceitação das diferenças.

Legislações e Políticas Públicas: implementar leis e políticas que protejam os direitos das pessoas transexuais e combatam a discriminação racial é essencial. Isso inclui a criação de leis antidiscriminatórias abrangentes, que punam práticas racistas e transfóbicas, e a adoção de medidas afirmativas para garantir a igualdade de oportunidades. Além disso, é importante promover



a participação de pessoas trans negras na elaboração dessas políticas, para garantir que sejam efetivas e atendam às suas necessidades específicas.

Fortalecimento da representatividade: é fundamental aumentar a representatividade das pessoas trans negras em todos os setores da sociedade. Isso inclui promover a participação política, incentivar a presença dessas pessoas em posições de liderança, mídia e instituições públicas. A representatividade não apenas oferece modelos positivos, mas também amplia vozes, perspectivas e experiências, desafiando estereótipos e promovendo a inclusão.

Capacitação e sensibilização profissional: investir na capacitação e sensibilização dos profissionais que trabalham em áreas como saúde, educação, assistência social, justiça e segurança é crucial. Isso envolve fornecer treinamentos que abordem questões relacionadas à diversidade, direitos humanos, identidade de gênero e consciência racial. Profissionais bem preparados estarão mais aptos a oferecer serviços inclusivos, livres de preconceitos e discriminações.

Criação de espaços seguros: é importante criar espaços seguros e inclusivos para pessoas trans, onde elas possam expressar suas identidades e viver sem medo de discriminação ou violência. Isso inclui o estabelecimento de organizações comunitárias, grupos de apoio e redes de suporte que ofereçam acolhimento, informações, recursos e proteção.

Combate à discriminação interseccional: Reconhecer a interseccionalidade das formas de discriminação é fundamental. Isso significa abordar as intersecções entre o racismo, a transfobia, o sexismo, a classismo e outras formas de opressão. É importante promover uma abordagem inclusiva e



abrangente que leve em consideração as experiências multifacetadas das pessoas trans negras.

Vale dizer que a opressão de gênero se constrói por ter bases estruturais, adquirindo, portanto, relativa independência, passando a interagir de maneira própria com a opressão de classes e as demais formas de opressão da sociedade, por exemplo, referente à raça. Existe a compreensão da necessidade de que a luta contra a opressão de gênero se insere na luta contra todos os tipos de opressão e pela conquista de uma sociedade radicalmente nova, sem discriminação de sexo, gênero, raça e classe (SOARES, 2021. p.124 e 125).

Essas estratégias são apenas algumas das muitas possíveis para combater o racismo e a transfobia. É crucial que a sociedade como um todo se engaje nesse processo, trabalhando em conjunto para criar um ambiente mais igualitário, inclusivo e livre de discriminação.

CONCLUSÃO

Ao longo dessa produção podemos observar que o racismo é uma forma de opressão baseada na raça ou etnia de uma pessoa, que perpetua desigualdades estruturais e privilégios para alguns grupos em detrimento de outros, concomitantemente intensificado quando além de preta/o é também mulher, agravando-se ainda mais quando se trata de transexual.

No cerne da discriminação e preconceito em tela, esta a questão de classe, pois ser pobre determina um não lugar, ou seja, um não acesso um conjunto de ações e expressões que afirmam e reafirmam processos excludentes contínuos.



Neste sentido, o debate que explicita o panorama sobre, violências e violações remetem-se não apenas a um grupo específico, mas intensificado quando compreendido a partir da intersecção gênero, raça e classe.

É possível observar ainda que os fatores que compõe essa intersecção e geram discriminação, preconceito, violências e violação são intensificados pela coibição do acesso deste grupo aos meios dignos de sobrevivência e aos direitos sociais e humanos, dentre eles à educação, à saúde, à moradia, ao trabalho, ao lazer, e à segurança.

Contudo, romper com o racismo e o preconceito vai requerer da sociedade, do Estado, das instituições e dos profissionais posturas, compreensões e intervenções pautadas em, dimensões e princípios que garantam respeito, liberdade, equidade, universalidade de acessos, cidadania, qualidade dos serviços prestados e defesa intransigente dos direitos humanos.

Trata-se de uma reparação histórica que desde os tempos mais remotos, vem sendo naturalizada e marcada na vida de milhões de pessoas que retratam e vivenciam por meio de seus corpos e condições econômicas, os riscos sociais cotidianos, dentre eles, o da própria vida.

Enfrentar o racismo e a transfobia é fundamental para alcançar uma sociedade mais justa e inclusiva. Essas formas de discriminação têm efeitos devastadores nas vidas das pessoas afetadas, minando sua dignidade, liberdade e oportunidades. A ação e reflexão em relação a essas questões são necessárias em todos os níveis da sociedade, desde o indivíduo até as instituições governamentais.

Isso vai exigir ação contínua e reflexão constante. Devemos estar dispostos a examinar nossas próprias atitudes e privilégios, educar-nos sobre as experiências das pessoas afetadas e tomar medidas concretas para



promover a igualdade e a inclusão. Somente assim poderemos construir uma sociedade mais justa, respeitosa e acolhedora para todas/os.

Reparar as sequelas vai requerer de todas e todos legislações sérias, políticas públicas de qualidade e profissionais responsáveis com este compromisso de reconstruir caminhos e possibilidades eminentemente humanizadas.

REFERÊNCIAS

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa. Marxismo e questão étnico-racial: desafios contemporâneos / Maria Beatriz Costa Abramides (org.). São Paulo: EDUC, 2021.

ARANHA, Thiago Aparecido A. Santos (2023). Violência Estrutural: Uma Análise das Violências contra Travestis e Transexuais na Cidade de São Paulo. 2023. São Paulo SP.

CHAUÍ, Marilena. Sobre a violência. 1ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

COLLINS. Patricia Hill e BILGE. Sirma. Interseccionalidade. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2021.

MOURA, Clóvis. História do negro brasileiro. São Paulo, Editora Dandara, 2023.

SOARES, Léa Gomes. In. Marxismo e questão étnico-racial: desafios contemporâneos / Maria Beatriz Costa Abramides (org.) - São Paulo: EDUC, 2021.

MIRANDA, Erickson Franklin dos Santos; SILVA, Carla Regina; COSTA, Luciana Assis. Narrativas de mulheres negras periféricas brasileiras acerca dos atravessamentos das opressões interseccionais em seus cotidianos: Um estudo qualitativo. Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN), v. 17, n. 45, p. 223–254, 2026. DOI:



10.31418/revistaabpn.v17i45.1928. Disponível em:
<https://abpnrevista.org.br/site/article/view/1928>. Acesso em: 24 jun. 2026.

Recebido em: 21/03/2024

Aprovado em: 05/07/2025